

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO-UNAHCE
CURSO DE HISTÓRIA**

PATRÍCIA FRANCISCONI LOCKS

**ENSINANDO AS MÃES:
A EDUCAÇÃO NA REVISTA A *MÃE* DE FAMÍLIA (1879 – 1888)**

CRICIÚMA

2015

PATRÍCIA FRANCISCONI LOCKS

ENSINANDO AS MÃES: A EDUCAÇÃO E MATERNIDADE NA REVISTA A MÃE DE FAMÍLIA (1879 – 1888)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves.

CRICIÚMA

2015

PATRÍCIA FRANCISCONI LOCKS

**ENSINANDO AS MÃES: A EDUCAÇÃO E MATERNIDADE NA REVISTA MAI DE
FAMÍLIA (1879 – 1888)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para a obtenção do Grau de Licenciatura em
História da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Criciúma, 03 de dezembro 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves – Orientador - (UNESC)

Prof^a. Giani Rabelo – Doutora - Examinadora - (UNESC)

Prof^a. Marli de Oliveira Costa- Doutora - Examinadora - (UNESC)

*"Renovadora e reveladora do mundo
A humanidade se renova no teu ventre.
Cria teus filhos,
não os entregues à creche.
Creche é fria, impessoal.
Nunca será um lar
para teu filho.
Ele, pequenino, precisa de ti.
Não o desligues da tua força maternal."
(Cora Coralina)*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a meu esposo e filho, que nos momentos de desespero souberam me consolar e me dar forças para continuar; aos meus caríssimos colegas que me encorajaram a não desistir Junior Cesar de Oliveira Lopes e Marilene Maximiano Virtuoso, e aos meus compreensivos professores que sempre me apoiaram. Um agradecimento especial ao meu orientador Ismael Gonçalves Alves que com sua preocupação e compreensão soube com sabedoria e gentileza me orientar nos momentos de dificuldade. E a todos que me ajudaram a tornar isso possível, a vocês o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os discursos acerca da maternidade e da infância, considerados saudáveis, presente na revista a *Mãe de Família*. Destaca a importância da mulher-mãe, do conceito de "boa mãe" e de como isto buscava afetar a estrutura familiar e social no Brasil entre os anos 1879-1888. Trata-se de um estudo histórico sobre as relações de poder estabelecidas entre a medicina e as práticas populares de cuidados com a maternidade infância.

Palavras-chave: *mulher, maternidade, mãe, infância.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2. O DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO HIGIENISTA NO BRASIL	122
2.1 A MULHER DO SÉCULO XIX: A RAINHA DO LAR	177
2.2. A IDEOLOGIA DA MATERNIDADE COMO FUNÇÃO PRIMORDIAL DA MULHER NA CONCEPÇÃO HIGIENISTA	188
3. A CONSTRUÇÃO DO PAPEL MATERNO E A EDUCAÇÃO DAS MÃES NA REVISTA <i>MÃ/DE FAMÍLIA</i> (1789-1888)	222
3.1. A CRIANÇA COMO O CENTRO DA VIDA FEMININA: A MÃE ZELOSA	266
4. CONCLUSÃO	322
5. REFERÊNCIAS.....	344
6. FONTES.....	366

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu do meu interesse em compreender como as mulheres foram alvo de inúmeros discursos médicos e sanitários que buscavam impor novos modelos de maternidades, às milenares práticas maternais e infantis passadas de geração a geração e de mães para filhas.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo compreender os impactos dos discursos da puericultura, presentes na revista Mãe de Família na construção de um modelo único de maternidade e infância no século XIX. Em meados do século XIX e início do século XX, o Brasil registrou um movimento médico-sanitário que se refletia preocupação com a saúde da população, tanto individual como coletiva. Este movimento foi chamado de movimento higienista, movimento sanitarista ou ainda movimento médico-higienista, originado na Europa e nos Estados Unidos. Conforme Góis Júnior e Lovisolo (2003), a atuação dos médicos higienistas era na área de educação e saúde pública buscando difundir novos hábitos higiênicos para o bem-estar da população.

O movimento higienista tratava-se de uma nova mentalidade, a qual propunha o cuidado da população, ensinando e educando novos hábitos. Para os médicos higienistas, o principal problema do país encontrava-se estritamente ligado a questões sanitárias.

Segundo Fernandes e Oliveira (2012), esse movimento era integrado por vários intelectuais, que tinham em comum a intenção de impor novas práticas e valores de saúde considerados higiênicos a todo o povo brasileiro. O médico higienista era especializado em administração sanitária e saúde pública, sendo uma de suas atribuições a prescrição de condutas higiênicas. Esses profissionais acreditavam que a falta de educação e saúde era responsável pelo atraso do país em relação à Europa. Entre as instituições que eram alvo de atenção dos higienistas, encontra-se a família, considerando-se como base a mãe-mulher, a quem os profissionais dirigiam muitas orientações. Uma das concepções do movimento era a de que a família poderia ser um dos alvos para o início da transformação em questões sanitárias, higiênicas e educativas, que iriam refletir-se conseqüentemente na sociedade, cultura e política da sociedade. Por isso, um dos alvos era a mãe, por essa ser a pessoa que mais tempo passava com o bebê ou criança.

Um dos meios para a veiculação dessas orientações foi o jornal “*A Mãe de Família*”, publicado entre 1879 a 1888, publicado pelo médico sanitariano Carlos Costa, especialista em patologia infantil, que denominava seu periódico como “Jornal Científico, Literário e Ilustrado – Educação da Infância, Higiene da Família”. *AMãe de Família* era vendida, tinha tiragem quinzenal, ilustrada, com média de oito páginas por exemplar. Circulava nas então províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, durante os anos de 1879 a 1888. Tinha por principal objetivo o de difundir orientações e conselhos relativos à educação, saúde e moral a mulheres das classes mais abastadas. Os aconselhamentos às mães de família eram fundamentados na prática científica e visavam ensinar a como criar, nutrir e educar as crianças, física e moralmente, considerando que as mesmas eram o futuro da nação, e a infância era um momento delicado para formação do caráter e moral futura.

Entre as seções da Revista, encontram-se: “Palestra do Médico”, “Farmácia Doméstica”, “Moléstia das Crianças”, “Revista dos Jornais Científicos” “Variedade”, “Máximas e Pensamentos”, “Revista dos Jornais Científicos”, que foram publicadas em praticamente todas as edições. Algumas poesias, moldes de costura para roupas infantis e outros temas aleatórios relacionados à cultura feminina também eram publicados eventualmente. A partir dos exemplares da primeira quinzena de março de 1879, a publicação passou a conter anúncios comerciais, esses principalmente de remédios, cosméticos e estabelecimentos comerciais.

A inspiração de Carlos Costa para a criação do período foi o jornal francês *La Jeune-Mère*, que também possuía um viés higienista, criado pelo médico André Théodore Brochard, cujo objetivo era promover a educação da mulher para que fosse uma boa mãe de família.

Além do médico sanitariano Carlos Costa, colaboravam com a *Mãe de Família* outros intelectuais e higienistas, todos homens, como Felix Ferreira, José Ricardo Pires de Almeida, Brito e Silva, Silva Araújo, K. Vinelli e Pires Farinha. Assim, este trabalho busca responder à seguinte questão: Qual o teor do discurso médico-higienista para a mulher-mãe no período 1879-1888 no Brasil? Desta forma, acredita-se que o estudo tem relevância à medida que busca compreender como este movimento agia para fazer do Brasil uma nação civilizada nos moldes dos países europeus, tendo em vista que as questões sociais da época eram um entrave para os dirigentes republicanos elitistas. Com base nestas considerações, o

trabalho busca identificar o teor do discurso médico-higienista para a mulher-mãe no período 1879-1888 no Brasil.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa do tipo levantamento. Esta técnica consiste-se em diagnosticar dados ou informações de relevância para o estudo, buscando verificar o registro dos mesmos, para posterior análise e inferências. O levantamento foi realizado no jornal “*A Mãe de Família*”, publicado entre 1879 a 1888, nos números da publicação disponibilizados pela Hemeroteca Digital Brasileira (2014). Com isso, buscou-se identificar o teor do discurso médico-higienista para a mulher-mãe no período 1879-1888 no Brasil e verificar a concepção e o papel da mulher-mãe idealizada pelos higienistas do final do século XIX.

No que tange a metodologia, no campo da disciplina histórica, os documentos e as fontes são considerados como indispensáveis para que o pesquisador possa sistematizar o seu conhecimento histórico. A tarefa de identificar e interpretar as fontes tornam-se elementos constituintes da qualidade e do caráter do fazer histórico em termos de pesquisa. No entanto, as fontes não falam por si, mesmo que sejam vestígios do fato, testemunhando e manifestando as ações do homem no tempo, por isso respondem como podem por um número limitado de fatos.

Sobre isso, coloca Lombardi (2004, p. 155):

As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida.

Dessa forma, a pesquisa utilizou-se também de fontes bibliográficas como livros, artigos, teses, dissertações e outros trabalhos acadêmicos, do meio impresso ou virtual, visando, num primeiro momento, fundamentar o estudo e historicizar o movimento médico-higienista ocorrido no Brasil e no mundo a partir dos finais do Século XIX.

Buscando-se cumprir os objetivos pretendidos, no primeiro capítulo apresentamos uma contextualização do desenvolvimento do movimento higienista no Brasil, onde também traçamos uma contextualização sobre a mulher do século XIX e da ideologia da maternidade como função primordial da mulher, segundo a ótica higienista.

No capítulo seguinte, buscamos traçar a construção do papel materno e a educação das mães encontrado na Revista *Mãide Família*, no período 1789 a 1888, no qual também analisamos a criança como centro da vida feminina conforme a análise feita sob a ótica do mencionado periódico.

O trabalho prossegue com a conclusão, as referências e as fontes de pesquisa utilizadas.

2.0 DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO HIGIENISTA NO BRASIL

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, no Brasil foram observadas diversas mudanças de origem social, econômica, política e cultural impulsionada pelo processo de industrialização nacional. Devido a esta complexidade socioeconômica, as principais cidades do país também passaram por muitas mudanças. Todas estas mudanças tiveram um impacto sobre o pensamento e a produção de ideias de cunho social como o pensamento higienista.

No Brasil, verifica-se um cenário de uma população negra recentemente libertada da escravidão, o aumento dos pobres e de uma classe operária emergente, população essa que se via sem acesso à saúde, educação e moradia digna. Muitas das pessoas moravam amontoadas em cortiços, barracos e ruas, e não frequentavam escolas. Sem as mínimas condições de saneamento, adoeciam e até morriam, por ter acesso a médico e assistência. Além disso, tal realidade gerou um crescimento expressivo da criminalidade (CARDOSO; AMORIN, 2013).

Sobre este período, os pesquisadores em Educação Edivaldo Góis Junior e Hugo Rodolfo Lovisolo (2003) relatam que chegava ao Brasil um novo ideal cujo eixo era a preocupação com a saúde da população, coletiva e individual. Suas propostas residiam na defesa da saúde e educação pública e no ensino de novos hábitos higiênicos. Convencionou-se chamá-lo de Movimento Higienista ou Movimento Sanitarista. Esse movimento tinha uma ideia central que era a de valorizar a população como um bem, como capital, como recurso principal da nação.

Com isso, segundo o filósofo pós-moderno, o francês Michel Foucault (1979), surge a medicina social (e o controle social do corpo) devido a três fenômenos que passaram a ocorrer com a origem do capitalismo: o desenvolvimento do Estado, a urbanização e, finalmente, a necessidade de controlar as novas massas de trabalhadores pobres e urbanos (pois era necessário garantir uma força de trabalho saudável). Em seguida, verifica-se a prevalência de cada um destes três fenômenos em diferentes países europeus, e foram desenvolvidas diferentes formas de medicina social. Essa medicina social além de útil para enfrentar os novos desafios do capitalismo, foi também um importante motor para o desenvolvimento da

medicina científica do século XIX. Para Foucault (1979), a saúde pública seria apenas uma forma de medicina social, especificamente desenvolvida como medicina urbana para tratar cidades consideradas pestilentas, insalubres e propagadoras de doenças infectocontagiosas.

Dessa forma, ainda conforme Foucault (1979), primeiro foi às cidades depois os pobres e por último os trabalhadores tornaram-se submetidos à medicalização. Os pobres, os trabalhadores, ou seja, as pessoas em geral foram consideradas como uma fonte de perigo para a saúde da população até meados do século XIX. O medo da insegurança de epidemias associadas a grupos atraídos para a cidade e que eram considerados perigosos foi removido (prostitutas, homossexuais, ciganos, judeus, imigrantes, etc.) pela burguesia¹, dividindo-se a área urbana em setores ricos e pobres.

Com base nos escritos de Foucault sobre o nascimento da medicina social, pode-se entender que os discursos sobre as práticas médicas buscavam padronizar a sociedade, servindo como ponto de partida para o Higienismo, movimento então que surgiria logo depois.

Sobre o Higienismo, afirmam as pesquisadoras Priscila Dantas Fernandes e Kécia Karine Oliveira (2012, p. 01):

Desse movimento participaram vários intelectuais que tinham em comum o objetivo de melhorar as condições de saúde do povo brasileiro. O médico higienista era especializado em saúde pública e administração sanitária, responsável por prescrever condutas higiênicas. Era também considerado um educador e se chegava a afirmar que grande causadora dos distúrbios mentais era a família.

O movimento higienista representava uma ação das elites na tentativa de impor os pobres das camadas mais baixas da sociedade novas práticas higiênicas. Este movimento era sinônimo de “limpeza” de espaços onde se concentrava a população mais pobre, como os cortiços, orfanatos e asilos, e dos comportamentos sociais considerados como indesejados.

Isso porque, afirma a cientista social Fabíola Rohden (2003), que

¹Para a Sociologia, a burguesia é uma classe social que se caracteriza por possuir seus próprios meios de produção e graças a isso estabelece uma relação de exploração com o proletariado ou grupo social trabalhador a qual lhe compra com sua força de trabalho, uma vez que este não possui meios próprios de produção. Esta relação, que ambas as classes sociais mantêm, se deve a força do poder que uma exerce sobre a outra e que permite a burguesia acumular capital.

apobreza e doença eram percebidas como as fontes principais dos problemas a serem combatidos. Nos diagnósticos e propostas dos reformadores higienistas, as classes pobres eram vistas como perigosas não só porque representavam obstáculos à organização do trabalho e manutenção da ordem pública, mas também porque poderiam contagiar outras classes. Essa população, assim como as zonas da cidade que habitavam, precisavam passar por um processo de higienização e civilização. No imaginários dos higienistas, tratava-se da libertação do atraso que representava o período colonial e da inauguração do caminho em direção à civilização nos moldes europeus. A higiene convertia-se em uma ideologia do progresso alicerçada nos pressupostos científicos vigentes.

Em meio a esse contexto, o movimento higienista encontrou terreno fértil para a implementação de suas ideias. Presenciava-se o processo de modernização do Rio de Janeiro, intensificado pela emergência da República, e de ideias de ser "civilizado" e de europeizar a capital.

Nesse contexto, segundo relata a historiadora Maria Ângela D'Incao (1997), toda forma de relações sociais locais que não fossem consideradas "civilizadas" eram combatidas e proibidas por lei. As reuniões tradicionais, ou festas de grupos ou comunidades, e até mesmo a serenata ou boemia sofreram restrições, devido à ameaça que representavam à ordem burguesa de normatização e controle. Na mesma direção, cultos populares e religiosos foram proibidos. A pobreza tornou-se um problema para a capital e não era mais tolerada no centro da cidade. Campanhas da imprensa procuravam eliminar pessoas ou grupos marginais do centro da cidade urbana. Esse processo mudou tanto a economia e a sociedade, como também afetou a vida familiar.

Com essa concepção, o historiador Paulo Cesar Garcez Marins (1998) relata que o "movimento higienista" passou a ser um aliado das elites dirigentes, econômicas ou da burguesia de então, quando "[...] medidas visando à demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, legitimadas pelo sanitarismo" (MARINS, 1998, p.141).

Para o sociólogo brasileiro Sérgio Adorno (1990, p. 9): "O isolamento dos 'desajustados' em espaços educativos e corretivos constituía estratégia segura para a manutenção 'pacificada parte sadia da sociedade.'"

Era uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Os médicos higienistas tinham a

responsabilidade de cuidar da saúde e da higiene do indivíduo e do país de certa forma, pois acreditavam que grande parte dos problemas da nação estava relacionada a questões sanitárias.

O médico higienista tinha, entre suas especializações, Administração Sanitária e Saúde Pública. Não somente prescrevia condutas higiênicas, mas era considerado um educador. O higienista, com seu “poder” médico, defendia a preservação ou higienização da saúde na cultura popular, que deveria resultar em mudança dos hábitos diários das famílias e do trabalhador, como também no recém-nascido e criança (FERNANDES; OLIVEIRA, 2012).

Conforme Fernandes e Oliveira (2012, p. 07):

Os médicos condenavam quase todas as práticas populares para os cuidados com a infância, como o uso de remédios caseiros no tratamento de doenças, alimentação dos recém-nascidos com farinhas diversas ao invés do leite, uso de figas e amuletos, os banhos de sangue no matadouro para eliminação das anemias, entre outras. Assim, o poder médico visava impor-se como o único competente para determinar regras de conduta da população.

Além disso, nos afirma Rohden (2003), os médicos se apresentavam também como legisladores sociais, bem preparados pelo conhecimento científico e capaz de prescrever as normas mais adequadas no que se refere ao comportamento dos indivíduos. Assim, o discurso médico era pautado na harmonia entre as funções físicas e atos morais. O corpo não seria o único objetivo da prática médica, mas tal prática também buscava influenciar os hábitos dos indivíduos. Assim, os princípios de higiene serviriam também como padrão para regular o comportamento da população. Esta concepção gerou novos dispositivos legais de reforma social e de controle e moralização da classe trabalhadora, das mulheres (na sua qualidade de mãe) e das crianças, leis essas que foram instituídas pelas razões médicas e higiênicas com o fim de prevenir a degeneração, buscando melhorar suas capacidades de aprendizagem, trabalho e moral para a convivência em sociedade.

Conforme os psicólogos Durval Wanderbroock Junior e Maria Lúcia Boarini (2013, p. 02), “a criança tornou-se um imperioso funil por meio do qual a higiene mental era escoada, garantida e proliferada. Um adulto bem adaptado e mentalmente saudável pressupunha uma criança bem higienizada”.

A historiadora Maria Marthade LunaFreire (2009) comenta que a coexistência entre as ações higienistas e educacionais eram demonstradas pela forte presença de temas ligados à saúde e higiene nos conteúdos curriculares, em

festas e celebrações cívicas, exposições, competições esportivas, visando à formação de hábitos saudáveis e, conseqüentemente, de um "corpo social" saudável.

Conforme podemos verificar, a confluência entre medicina, higiene e educação era inevitável. Neste sentido, a escola aparece como o espaço social que poderia ser controlado e no qual foi realizada uma atenção sanitária sobre as crianças; especialmente as que eram das classes de elite. Por outro lado, através dos ensinamentos formais as famílias poderiam ser atingidas para se inculcir princípios, valores e aquisição de hábitos de higiene e de aplicação de ginástica e exercícios físicos, pois estas práticas contribuem para uma melhor saúde.

Para os higienistas, conforme Fernanda Simone Lopes dePaiva (2004, p. 63):

Uma educação viciada – comercialmente triunfante, higienicamente desvirtuada –, ao invés de formar cidadãos que poderiam prestar serviços à sociedade, formaria adultos que herdariam seus males e os transmitiriam aos seus filhos. Os médicos sabiam que a educação era uma questão política e social e, por isso, buscaram influenciar legisladores, rogando que seus conselhos fossem por eles levados em conta.

A partir da escola, a higiene foi ampliada para incluir as famílias, especialmente as mães, consideradas como responsáveis por formar os hábitos de higiene nas crianças. Assumindo essa dimensão “civilizadora”, as escolas convidavam as mães dos alunos a se vincularem às novas práticas pedagógicas, participando de eventos como os Círculos de Pais e Professores ou dos Cursos para Mães. Também era comum às mães receberem as professoras-visitadoras em casa. A ideia que norteava esta prática era que as mulheres deveriam valorizar o cuidado com as crianças, disseminando-se a crença no poder regenerador da educação e tornando-se, assim, cidadãs esclarecidas.

Conforme Fernandes e Oliveira (2012, p. 01):

O higienismo acompanhava o recente desenvolvimento urbano da sociedade, visando uma mudança nos hábitos dos brasileiro que, aos olhos dos estrangeiros, não tinham muita preocupação com os cuidados sanitários, o zelo na vestimenta, nem atenção à preservação de um espaço íntimo familiar. A política higienista buscava a disciplina de cada indivíduo consigo próprio e com seus próximos, de modo que cada um se conscientizasse e passasse a agir como fiscal da higiene.

Com isso, uma maior atenção começou a ser dada para as condições de higiene. A higiene, então, foi considerada uma das tarefas mais importantes da política social de vários países. De acordo com Góis Junior (2010), no Brasil, muitos

higienistas tomavam como referência a ideia que preconizava ser a falta de saúde e educação do povo responsável pelo atraso em relação à Europa. A situação de miséria do país tinha explicações em fatores sociais, e, por esse motivo, julgavam poder cumprir, com o simples apoio financeiro do Estado, o papel de modernizadores do Brasil.

Portanto, o movimento higienista no Brasil foi aplicado em uma sociedade em que havia o fim da escravidão e o início da classe operária, com o inchamento da zona urbana e seus mais variados problemas. Porém, as ideias higienistas foram caracterizadas mais como um instrumento de controle da ordem social que um processo inovador ou que realmente desejasse a qualidade de vida do povo. Mesmo dirigindo-se a diversas camadas da população mais pobre, foi sobre as mães e as crianças que recaíram boa parte dos controles salutarés proposto pelo higienismo, haja vista, que uma população saudável e apta ao trabalho era aquilo que buscava boa parte dos Estados-nação.

Desta forma, no próximo item abordaremos a especial atenção destinada às mães pelo higienismo que as considerava únicas responsáveis pelo bem estar moral e físico de sua prole.

2.1A MULHER DO SÉCULO XIX: A RAINHA DO LAR

Durante o final do século XIX e início do século XX, o Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro, apresentava uma sociedade que vinha passando por transformações, conforme relata D'Incao(1997): o capitalismo se consolidava, a vida urbana passava a oferecer novas alternativas de convivência social e a burguesia começa a surgir.

Até então, a vida urbana inexistia, pois o Brasil era praticamente um enorme país rural. A família era comandada pelo homem, que detinha enorme poder sobre seus dependentes, tanto familiares, quanto agregados e escravos. A ascensão da burguesia, no entanto, tornou possível uma nova mentalidade das vivências domésticas e familiares, bem como do tempo e fazer das atividades femininas.

Existia grande expectativa pelo nascimento de uma criança tão logo um jovem casal se unia em matrimônio. A chegada do bebê não só confirmava o sucesso do casamento, mas o êxito da mulher em cumprir seu "destino natural". A

ordem social também ficava grata à mão de obra repostada aos soldados dos exércitos, às engrenagens que moveriam a economia do futuro, ao rebanho das igrejas, aos ocupantes do nosso vasto território nacional. No seio da família de valores patriarcais, um nascimento fazia com que o pai perpetuasse seu nome, tivesse a quem transmitir propriedades e exercesse sua autoridade de "chefe" com mais poder (PINSKI; PEDRO, 2012).

Dessa forma, nos finais do século XIX e praticamente até a metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram "por natureza", destinadas ao casamento e à maternidade. Considerando parte integral da essência feminina, esse destino surgia como praticamente incontestável (PINSKI; PEDRO, 2012).

Neste contexto, os parâmetros que deveriam orientar a educação das mulheres seriam aqueles que, atendendo as expectativas de seu papel maternal, cumprissem também as exigências de uma base racional, pelo exercício de uma maternidade fundamentada não apenas no instinto, mas na ciência, com a aplicação dos conhecimentos da higiene no cuidado com os filhos (FREIRE, 2009).

2.2. A IDEOLOGIA DA MATERNIDADE COMO FUNÇÃO PRIMORDIAL DA MULHER NA CONCEPÇÃO HIGIENISTA

Os pesquisadores João Aprígio Guerra de Almeida e Franz Reis Novak, em seu artigo sobre amamentação e desmame precoce, confirmam o entendimento de que o Século XIX foi, entre outros aspectos, marcado pela consolidação de um novo papel social da medicina, quando então se difundiam os preceitos da medicina higienista ou higienismo. Tal concepção ampliou o domínio médico para além da exclusiva preocupação com o corpo e saúde. A alimentação, as condições ambientais e o comportamento humano passaram a se configurar em objetos de preocupação médica, na busca de soluções para problemas como a mortalidade infantil. Essa trajetória, desde seu início, foi pautada pela formulação de regras rígidas impostas à família e, sobretudo, à mulher-mãe, no intuito de modular o seu comportamento em favor da saúde da criança.

A função primordial da mulher como mãe tem suas origens muito remotas, porém adquiriu força na sociedade ocidental após a Primeira Guerra Mundial, gerando ações distintas conforme o cenário cultural de cada povo ou região. De

acordo com Freire (2009), na Europa, a maternidade foi acionada como valor de caráter nacional, em resposta à presumida degeneração moral da juventude.

Com a concepção higienista, essa ideia, ou seja, a “fabricação” de uma juventude moralmente sadia e não degenerada também era encontrada no Brasil, pois desde a década de 1870, as elites que pretendiam construir um país "mais civilizado" procuravam incutir na sociedade a ideia de que ter filhos significava também cuidar pessoalmente deles.

Com isso, a ideia que passou a ser difundida nessa época, ligada à imagem em construção da "boa mãe", responsabilizava as mães pelo progresso da nação e a força do Estado, encarregando-as de formar moralmente as novas gerações, incutindo-lhes virtudes cívicas. Com a maternidade politizada, esse novo dever da mãe levou as autoridades a se preocuparem com a melhoria da educação feminina; alguma instrução era necessária para que as mulheres cumprissem bem esse seu papel público. A retórica da "boa mãe" foi, aos poucos, acompanhada pela expansão do sistema educacional e a escolarização das meninas.

Conforme Pinski e Pedro (2012), são dessa época as primeiras críticas às mães que deixavam suas crianças aos cuidados de escravas, serviçais ou "mãos mercenárias", às que delegavam a amamentação ou contratavam babás, por exemplo. Surgiam, então, os primeiros esboços da "boa mãe" higiênica e educadora, que, além de ter os filhos "sempre bem arranjados e limpos", acompanha de perto o crescimento dos pequenos e os ensina a rezar e a comportar-se adequadamente, livrando-os de perniciosas influências externas que comprometem o "fortalecimento da raça". Esse modelo, dito universal, só podia ser atingido por mães com condição material para tanto, discriminando aquelas que, levadas a trabalhar para garantir seu sustento, não podiam dedicar-se às crianças no lar com o desvelo prescrito.

Sobre isso, Rohden (2003) nos fala que, seguindo o raciocínio dos médicos higienistas, um povo que se preocupasse com o futuro precisava incentivar os nascimentos de modo que pudesse melhorar a qualidade de sua raça, sob os pressupostos da eugenia². Para tanto, era fundamental, em primeiro lugar, cuidar das futuras mães. A mulher se convertia em um sujeito importante para a nação, porque tinha a função de garantir a quantidade e, conseqüentemente, a qualidade

²Movimento que estuda agentes ou condições de controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente.

dos seus cidadãos. As especialidades médicas dedicadas à mulher e às crianças tentavam administrar o advento do Brasil como uma grande nação.

E é a partir dessa perspectiva que os médicos vão passar a insistir muito na necessidade de educar a mulher para o bom cumprimento do seu destino natural. É a obsessão com o melhoramento da raça que viabiliza uma certa reconsideração da função feminina na sociedade, que implica não a mudança do que representa, mas na valorização do seu papel de procriadora e educadora dos filhos. Portanto, a mulher se torna a responsável pelo aprimoramento da raça e do futuro da nação (ROHDEN, 2003, p. 215).

Além disso, no Brasil, a exaltação da maternidade era invocada pela percepção da precariedade das condições de saúde da população em geral, que gerava um sentimento de ameaça ao futuro da nação. Sobre isso, Freire (2009) afirma que a elevada mortalidade infantil mostrava-se inaceitável aos anseios republicanos de ordem e progresso, bem como para o estilo e padrões de vida das elites urbanas.

Esses fatores fizeram com que a maternidade passasse a ser centro de debate na sociedade e nas instituições organizadas, e também na imprensa. Conforme Pinski e Pedro (2012) comentam, que essa imprensa particulariza-se por dirigir-se ao público feminino, ainda que nem sempre tenha sido produzida por mulheres. Tratava-se de um tipo de produção jornalística que não é movida pela necessidade de registrar fatos do dia anterior, mas temas como casa, culinária, moda, cuidado com os filhos. Médicos e especialistas das mais diversas áreas ocupam com frequência as páginas dessas publicações.

Com isso, na imprensa, especialistas cada vez mais palpitavam na relação entre mãe e filho. A “boa mãe” ignora os conselhos das parteiras, parentes ou das vizinhas para prestar atenção ao que os médicos, jornais ou revistas reproduziam em suas opiniões. Até os bebês, que antes não faziam mais que comer, dormir ou sujar fraldas, agora precisam ser “psicologicamente estimulados” pela “boa mãe”.

Atributos habitualmente vinculados à identidade feminina eram invocados para reforçar o caráter "natural" da maternidade. Assim, o "sentimento da maternidade" foi tratado como "a beleza mais comovente" da mulher, através da qual esta se "eleva" e transcende a limitação do ser humano. Incorporando o mesmo argumento da valorização da mulher pela maternidade, garantia-se que, "com o nascimento dos filhos, o papel da mulher, já nobilitado pelo amor, aumenta bruscamente" (FREIRE, 2009, p. 101).

A maternidade legitimada era apenas a que ocorre dentro de uma família

legalmente constituída. A mãe solteira só pode minimizar seu “erro grave” se passar a se dedicar totalmente ao filho, vivendo de maneira respeitável. Mesmo que duramente criticada, ela ganha pontos por sua coragem em abrir mão de uma solução “monstruosa” do ponto de vista moral (o aborto).

Dessa forma, a partir da percepção da maternidade como um instinto inerente à natureza feminina, uma missão divina e um dever social, a recusa ao seu cumprimento tanto poderia ser considerada como uma doença, um pecado ou um crime.

Em consonância com os ideais da promoção e manutenção da saúde das crianças, um grupo passaria a se dedicar a uma campanha sistemática em prol do exercício de uma maternidade com base científica, orientada pelos princípios médicos da puericultura. Em sintonia com a mentalidade da sociedade urbana da época, que atribuía exclusivamente à mulher a responsabilidade pela saúde dos seus filhos, os higienistas tomaram para si o encargo da formação do que imaginavam ser uma boa mãe de família (FREIRE, 2009).

3.A CONSTRUÇÃO DO PAPEL MATERNO E A EDUCAÇÃO DAS MÃES NA REVISTA *MÃI DE FAMÍLIA*(1789-1888)

A Revista Mãe de Família tinha por objetivo fornecer orientação sobre os cuidados dos filhos e sobre a necessidade de uma educação saudável para as crianças, em termos físicos e morais. Para tanto, o discurso é direcionado às mães, que deveriam cumprir esta tarefa com base nas práticas médicas e científicas, em especial, por meio do médico higienista. Conforme analisa Mansanera e Silva (2000, p. 04):

O Brasil dessa época encontrava-se frente a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a fraca industrialização, a nova composição das cidades, o aumento do comércio internacional, as correntes imigratórias e, principalmente, a presença de contingentes populacionais “livres” concentrados no espaço urbano. Tais fatores deram nova complexidade à estrutura social do país. Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial.

Dessa forma, o cenário no Brasil contava com negros recém libertos, uma classe pobre e operária que nascia, e precárias condições de saúde, educação e moradia. Em meio a esse contexto, o movimento higienista encontrou terreno fértil para a implementação de suas ideias (CARDOSO; AMORIN, 2013).

Segundo D’Incao (1997, p. 224):

Presenciamos nesse período, o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e proibidade, um tesouro social imprescindível. Verdadeiros emblemas desse mundo relativamente fechado, a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo [...]. Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tais, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público, esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social.

Percebendo a necessidade de moralizar a vida cotidiana, as normas de higiene iam sendo introduzidas na sociedade, sendo o periódico *Mãe* de Família uma importante fonte de artigos publicados e encaminhados para as mães, que eram considerados responsáveis pela saúde dos filhos em casa. Com isso, edita-se uma

série de recomendações sobre a melhor maneira de preservar a saúde das crianças, tais como as formas de alimentar, cuidar, higienizar e educar moralmente. Já em seu primeiro número, encontra-se a sua finalidade e público-alvo:

Nessa nova publicação que offerecemos às mãis brasileiras tem fim idêntico ao do jornal do Dr. Théodore Brochard que tanta acceitação tem tido em França. A Mãi de Família sahirá quinzenalmente, impressa em bom papel e illustrada com numerosas gravuras. Redigido por illustres pennas, esse jornal preenche importante lacuna na educação da mulher. Ensinará, em cada numero a hygiene da primeira idade. Sob diversos títulos achar-se-hao ordenados todos os conselhos dictados pela experiência e pela sciencia, em relação aos cuidados de que se devem rodear as crianças: habitação, alimentação, vestuário, etc. Cada numero conterà uma palestra do medico, artigos sobre educação, receitas, novellas, concelhos sobre hygiene, etc. (REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1789, n. 01, p. 01).

De acordo com o discurso presente na revista, para uma nação tornar-se poderosa era necessário que seu governo destina-se especial atenção para a saúde e o bem estar de sua população, pois apenas um país composto por homens, mulheres e crianças saudáveis chegaria a o novo milênio com possibilidades de disputar um espaço privilegiado nas relações internacionais. Os higienistas se achavam aptos para esta tarefa, porque consideravam-se como os guardiões, mestres e difusores da ciência, do saber técnico. Buscavam reabilitar quem consideravam fora da lógica do ideal de saúde, higiene e disciplina.

O médico higienista era especializado em saúde pública e administração sanitária, responsável por prescrever condutas higiênicas. Era também considerado um educador. O higienista, com seu “poder” médico, defendia a preservação ou higienização da saúde na cultura popular, que deveria resultar em mudança dos hábitos diários das famílias e do trabalhador, como também no recém-nascido e criança. Chegava a afirmar que grande causadora dos distúrbios mentais era a família (FERNANDES; OLIVEIRA, 2012).

É de muita e muita urgência que seriamente se pense em animar-se o desenvolvimento physico das crianças, isto é, do futuro cidadão. [...] O hygienista é d'esta maneira tão necessário como o pedagogo para o desenvolvimento da instrucção publica, e todo o seu exforço deverá ser empregado: são princípios da hygiene. Áquelles, que se incumbiram da grave e elevada missão de curar de seus semelhantes, deverão ser incansáveis em empregar todos os meios para que sejam vulgarizados todos os conselhos que tiverem por fim mostrar os males que nos cercam para que elles sejam prevenidos antes de remediados (REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1879, n. 01, p. 2).

Os higienistas reivindicavam o papel das famílias, em especial o das mulheres por considerá-las pilares da educação das crianças, consideradas, então, como futuros cidadãos da nação em formação.

Conforme o discurso da Revista, a chegada de um bebê muda tudo em na vida das mulheres. Agora elas estão no comando de uma pequena pessoa totalmente dependente de seu cuidado e atenção. Antes de o bebê nascer e viver, a mãe deve fazer da casa um espaço imaculado e pronto para sua chegada. Tudo deve ser o mais limpo possível. No entanto, apesar de todas essas precauções e cuidados com a saúde das crianças estas ainda ficam muito mais doentes, sendo a culpa atribuída às mães, pois de acordo com o discurso médico elas não estavam cuidando de forma eficiente sua prole.

O nosso jornal destina-se a representar na família o papel de medico, de mestre; isto é, habilitar as mãis a, por si mesmas, tratarem de seus filhos, nas moléstias ligeiras peculiares á infância, e principalmente os extremos e cuidados que lhes deve merecer a sua saude, os meios de que devem lançar mão nos casos graves, de modo tal que, si a presença de medico tornar-se imprescindível, tenha elle apenas de continuar o tratamento iniciado, e iniciado criteriosamente. Como mestre, não é menos importante, nem menos proveitoso o seu papel: submeterá a sua apreciação o que de mais notável e pratico têm estabelecido os educadores, tanto os modernos como os antigos, sobre a educação materna, que deixará sempre, por assim dizer, um vinco no caracter da criança, da qual depende todo o seu (REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1884, n.1, p.1).

Além disso, a mulher era chamada a desenvolver o seu papel de mãe, permeada pelo discurso que faz dela a gerente e a zeladora da família, e também quem transmite aos filhos os primeiros valores e também ensina-os os princípios de higiene moral. Em outras palavras, a Revista *Mãe de Família* preocupa-se em primeira instância à criação e formação das crianças de modo que essas pudessem se tornar bons cidadãos. Porém, o foco era as mães, de modo que essas pudessem melhor desenvolver esse papel de mãe educadora e responsável pela educação da prole.

Nunca é de sobra o que se diz em relação ao modo de se criarem as crianças; quando se attende a que são essas creaturinhas tenras e delicadas que mais tarde tem de constituir a sociedade e dirigi-la; quando se attende a que as primeiras impressões são duradouras e que da direcção inicial que se imprime à educação depende em grande parte o futuro do individuo, este assumpto adquire a nossos olhos importancia subida. (REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1880, n. 10. p. 05).

Conforme Wanderbroock Junior e Boarini (2013, p. 02), “a criança tornou-se um imperioso funil por meio do qual a higiene mental era escoada, garantida e

proliferada. Um adulto bem adaptado e mentalmente saudável pressupunha uma criança bem higienizada”. Dessa forma, a partir da abordagem higienista podemos verificar que, para além das doenças físicas, os higienistas tinham interesse nas patologias da "moral", esta, por sua vez, a ser combatida por meio de uma boa educação do filho por parte da mãe.

Mãe, é preciso que seja ella em estado de cuidar dos filhos e dar-lhes a primeira e elemental instrucção, além da bôa educação. É a mulher que deve criar seus filhos e como deu-lhes o alimento do corpo, dar-lhes o do espirito. Ella desenvolve nesses pequenos queridinhos os bons sentimentos, os gostos delicados, as idéas moraes juntas e sãs. Ensina-lhes a vida, e dessas lições a lembrança é indestructivel, confunda-se com a ternura daquella que as deu. Grande é o poder da mulher, é ella que faz a familia. Onde então poderá a menina, a moça encontrar essa preciosa instrucção 'Deveis, minhas senhoras, instruir vossas filhas, prepara-las a serem esposas e mais, porém não deveis abandonar completamente a outros o cuidados de formar-lhes a intelligencia; podeis n'isso consinto, mandal-as seguir lições professadas fora de casa e aprender as noções que lhes são úteis—indispensáveis, mas isso por poucas horas, e a maior parte do tempo de cada dia deve passar-se perto da mãe, debaixo da sua influencia tutelar, sempre tão preciosa e que nenhuma outra pôde substituir (REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1885, n. 20, p. 04).

Conforme se verifica, o papel da mulher se reduzia ao espaço privado do lar como "educadora dos futuros cidadãos", somente este confinamento permitia-lhe exercer "o poder da maternidade", em um modelo de sociedade e família que os higienistas consideravam ideal. Na interpretação da revista, as mulheres amavam os filhos, mas eram displicentes e ignorantes, desprovidas de condições psíquicas, por não terem conhecimentos científicos suficientes na forma adequada do exercício da maternidade. Por isso, era dever dos médicos puericultores e cientistas passar-lhes este saber, para que desse modo, pudessem desempenhar de forma satisfatória a sua função na sociedade.

As mulheres em nosso paiz não cumprem tanto quanto deviam os sagrados deveres de mãis.... Umas por vaidade, outras por pobreza e finalmente muitas por desculpada ignorância não cumprem a sua missão sublime, a única que lhes foi confiada, a da Maternidade! Desculpai essa severidade, mas é o nosso dever fallar assim. Não queremos entretanto com isso dizer que nos corações das senhoras brasileiras não se agite esse sentimento indizível chamado: amor materno, não, é que lhes faltam conhecimentos especiaes que antes de tudo lhes deveriam ensinar (REVISTA AMÃI DE FAMILIA, 1879, n. 01, p.2).

Neste sentido, a maternidade, para os higienistas e para os médicos puericultores da revista, era considerada o principal e quase único e exclusivo papel da mulher e uma tarefa divina. A mulher-mãe deveria seguir a conduta e imagem de

uma enfermeira e, em conjunto com a atuação do médico, deveria lutar contra as altas estatísticas de mortalidade infantil, que eram causadas principalmente pela ignorância, por práticas inadequadas quanto à criação dos filhos. Disso, entende-se que o “médico higienista prescrevia normas de reestruturação dos hábitos familiares, a começar pela relação mãe-filho” (FLACH, 2006, p. 20).

Corroborando com estas análises, os seguintes discursos a respeito das mulheres mães eram apresentados pela revista em suas variadas edições:

Pensando nós, e por tantas vezes tendo enunciado a nossa opinião sobre o papel principal da mulher na vida, isto é, o de ser mãe (REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1879, n.24, p.4)

A mulher nasceu para ser mãe, que a mãe deverá viver para seu filho completamente, devendo acabar para ella os prazeres ephemeros desse mundo, que não é o do seu tecto, desse mundo de mentirosos, de intrigantes e de calumniadores que estão sempre promptos a ferir até a sua virtude (REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1879, n. 9, p. 3).

Sendo completo o seu desenvolvimento, tem a mulher o dever de perpetuar sua raça. N'isso não faz senão obedecer a essa grande lei da natureza que dirige o reino animal e o reino vegetal, tão sollicitana conservação da espécie quanto do individuo (REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1885, n.10, p.5)

Com sua boneca, ella representa já seu papel de mãe, prodigalizando-lhe os cuidados que mais tarde terá para com seus filhos. Não será verdadeiramente feliz senão no seio desta familia que terá creado e que governará (REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1885, n. 10, p. 7).

Desta forma, baseados no discurso corrente da Revista, podemos aferir que os médicos puericultores que ali publicavam seus artigos consideravam as mulheres como únicas responsáveis pelo bem-estar de sua família, criando em torno destas mulheres expectativas e cobranças que as transformavam em supostos instrumentos do bem cuidar. No entanto, mesmo que afirmassem que todas as mulheres nasciam destinadas à maternidade era preciso, de acordo com o discurso médico, oferecer-lhes conhecimentos e ferramentas mínimas de as capacitarem para a maternagem, discussão que abordaremos no tópico a seguir.

3.1. A CRIANÇA COMO O CENTRO DA VIDA FEMININA: A MÃE ZELOSA

Segundo o discurso predominante da Revista *Mãe de Família*, embora existisse um suposto instinto maternal muitas mulheres não estavam aptas a cumprir este único papel que lhes cabia, ou seja, a maternidade. Por isso, a necessidade de

ensiná-las a serem mães pelo viés científico e particularmente higiênico.

A mulher em nossos dias não é tão somente chamada para dirigir uma casa, seu papel tem mais importância, por se ter multiplicado a somma dos deveres a cumprir como filha, como esposa, como mãe e até como professora; por isso é que também a sociedade moderna compreendeu a necessidade de prepara-la com estudos sérios e mais profundos para preencher dignamente a sua missão. (REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1789, n.7, p. 2).

Entre os vários ensinamentos passados pela Revista, a alimentação do bebê foi assunto recorrente. Os higienistas recomendavam a amamentação como o “alimento sagrado”, indispensável tanto para o desenvolvimento saudável, como para a formação moral futura. Com isso, a Revista em praticamente todas as edições trouxe um artigo com o fim de ensinar as regras para que a mulher pudesse criar adequadamente seu filho, o que necessariamente se vinculava à amamentação.

Fundamental que o aleitamento materno exclusivo constitue o melhor methodo de criar uma creança, sendo o único verdadeiramente bom, o único deveras seguro e proveitoso para a creança. A mãe deve criar seu filho, a natureza e a razão lhe ordenam. O leite materno constitue para o menino o seu melhor alimento; nenhum outro pode ser-lhe comparado. [...]. Além disso se o aleitamento materno é o único realmente proveitoso para a creança, não o é menos para a mãe sob o ponto de vista da sua própria saúde (REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1885, n. 20, p.6).

Para sustentar o argumento em prol da amamentação como o alimento mais correto a ser dado ao bebê, a Revista realizou uma série em vários números sobre os animais (aves, insetos) os quais alimentam os filhotes sem que ninguém ensine o que fazer, realçando o amor materno como instinto, questionando por que com a mulher teria que ser diferente, se a mesma é dotada de inteligência.

Deveres de tal ordem impostos pela própria natureza, e que a não serem cumpridos, collocam as mulheres em condição inferior a de outros animaes...[...] Se a ovelha, a cabra e outros animaes o fazem, sem que ninguém lhes tivesse aconselhado, porque será preciso que se diga á mulher, que tem a felicidade de possuir uma intelligencia: não serás verdadeiramente mãe, sem que alleite seu filho? É triste, mas é verdade!... É muito preciso, que seja despertado esse sentimento que deveria ser inato... Sim, minhas senhoras, é ainda muitonecessário que se ensine a mulher o que é ser mãe... É' muito necessário que se use de todos os meios possíveis para lembrar-se á mulher onde está a sublimidade de seu papel no mundo!... Não serão supérfluas as palavras daquelles que repetirem, que não será verdadeiramente mãe a mulher que não alleitar seu filho. Naturalmente, esquecidas do único e verdadeiro papel que lhes foi confiado na terra, sem escrúpulo algum entregam a mãos mercenárias, não só o alleitamento, este sublime encargo da verdadeira mãe, como tambem todos os cuidados, todos deveres da educação!... Ignorantes que não sabem a enormidade do crime que commettem!. Deixam assim desaparecer da alma a mais segura salva-guarda da virtude, e portanto da felicidade; não calculam que sentimentos culperei poderão substituir os nobres e elevados sentimentos da maternidade!.(REVISTA A MÃI de FAMÍLIA, 1789, n. 8, p. 1-

2).

Diante disso, a prática de entregar as crianças para as amas de leite era repudiada veementemente, considerada como sinal de egoísmo, ignorância, indolência e desobediência a Deus, já que Este deu-lhe esta “missão sagrada”. Entregar o filho para ser amamentado por outra mulher era apontado como um erro gravíssimo, chamado de aleitamento “mercenário”. Carneiro (2006) explica que a palavra mercenário era o termo utilizado pelos higienistas para se referir às pessoas que trabalham somente interessadas no dinheiro, no caso, as amas de leite, cuja remuneração era paga ao dono.

O seio da mais recommendavel das amas nunca valerá em princípios o da mãe”. Quando uma mulher entrega seu filho a uma ama mercenária, priva-se dessa primeira felicidade, desse primeiro sorriso. Também é o seu primeiro castigo, justo e merecidamente inflingido pela natureza, cujas leis desconheceu. A mãe que entrega seu filho a uma mãe estranha deve saber que duplica e triplica as probabilidades de morte de seu filho (REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1789, n. 17, p. 5).

Para os higienistas, as mães deveriam evitar a prática da amamentação mercenária, pois as moléstias das amas, geralmente escravas, influenciavam a saúde das crianças.

Não é raro encontrar amas de uma saúde robusta, de uma constituição forte, que criam crianças doentes, que digerem difficilmente, sempre perseguidas por vômitos, etc. Esses accidentes não são provocados nesse caso assim me posso exprimir, por um excesso de saúde: o leite, muito rico de princípios nutritivos, não é digerido facilmente pela criança; d'ahi os accidentes que acabo de enumerar. Deve-se então mudar de ama? Não, no maior numero dos casos; duas precauções bastam em geral para remediar esse estado de cousas: 1ª, dar de mamar á criança menos vezes e menos tempo, de maneira que tenha tempo de digerir; 2a, dar á ama alimentos menos reparadores; alimentala especialmente com legumes. Sim, apesar d'essas precauções, as digestões da criança continuam a ser difficeis, será prudente mudar de ama, afim de evitar as inflammacões que se podem manifestar nas vias digestivas. Ao lado da ama forte e vigorosa, ha a ama de constituição delicada, sem ser doente: o seu leite é claro, seroso, abundante ou pouco abundante. Este leite é pesado e determina na criança indigestões, diarrhéa, cólicas. Neste caso não se deve hesitar em mudar de ama. A ama pode ficar pejada durante o tempo de criação. Logo que houver certeza disto, deve-se desmamar a criança, porque, neste caso, o leite torna-se ainda seroso, liquido, passa ao estado da colostrum, é de difficil digestão e determina diarrhéa serosa, phlegmasias intestinses (REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1884, n. 12, p. 3).

A mãe burguesa passava ser a cúmplice e aliada dos médicos, desenvolvendo uma medicina doméstica e acionando um poder disciplinar. Ela não enviará mais os filhos para serem amamentados pelas amas de leite ou por suas

escravas, mas, ela mesma, em uma atitude de "proteção" e "afeto", irá amamentar sua prole (DONZELOT, 1986).

Frente a estes fatores, a Revista atribuía a alta taxa de mortalidade de crianças na época como resultado de negligência das mulheres na criação dos filhos. Em outras palavras, o discurso médico transforma o pouco zelo das mães para com os filhos como uma das causas do aparecimento de doenças físicas e morais na população, atribuindo uma importância central na influência desse fator sobre a população.

No Brasil a mortalidade das crianças se exagera progressivamente, sem que os legisladores e philantropos se tenham ainda até hoje occupado seriamente remover, em parte ao menos, esta verdadeira calamidade publica. A ignorância das mãis em matéria de hygiene alimentar dos recém nascidos é, por sem duvida, uma das causas principaes deste grande mal (REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1885, n. 20, p.4).

Porém, nos casos em que a “sublime obrigação” era impossível, a Revista admitia a adoção da ama de leite:

[...] não acontece, porém, o mesmo com as mais que não estão em condições de fortuna que lhes- possa permittir a realização d'essa funeção materna, colher as flores e deixar os espinhos ás mercenárias: queremos fallar da immensa maioria das mais. Estas devem affrontar os perigos physicos que acompanham a sua dolorosa renuncia ao inevitavel prazer de ter junto de si o seu recém-nascido; ellas devem supportar o pezar de entregal-o a mãos estranhas e aifastar de si, esses entes a que amam, e no entanto esse cruel sacrificio é necessário!(REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1886, n. 8, p. 5).

Para estes casos, eram dirigidos alguns conselhos:

[...] podendo acontecer, sobretudo com as escravas, que uma mulher de mau gênio, pouco paciente que pouco geilosa não preste a atenção absolutamente necessária à creança que aleita, de vossa parte deverá haver toda a vigilância. A ama não deverá ser arredada um só instante, se fôr possível, de vosso lado; por melhor que ella pareça ser não lhe depositeis plena confiança. Sabeis muito bem quantas desgraças se tem dado por descuidos. Nos passeios, etc, não consenti que ellas se afastem muito. Já tenho visto amas que criam filhos de importantes e abastadas familias nas tavernas, nos cortiços e até nas cocheiras!... Para entreterem aos pobres innocentes dão-lhes tudo e muitos males dahi se originam, sem que conheçaes as verdadeiras causas (REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1789, n. 11, p. 82).

Na interpretação da Revista, uma das formas da mulher desenvolver de forma plena sua tarefa inata de educação dos filhos era por meio da educação, que por sua vez era ligada à higiene. Os discursos de higiene buscavam reforçar a diferença entre os gêneros. Isso porque, as áreas de educação a serem buscadas pelas mulheres teriam que ser necessariamente diferentes das aprendidas pelos

homens, tais como o canto, música, pintura e desenho, que foram considerados acessórios essenciais para o desempenho das mulheres no casamento e maternidade.

A base para a formação da família é a educação apropriada ao meio em que vae viver. Não é a educação masculina: a álgebra, e geometria, trigonometria, o latim, o grego, medicina, etc; mas uma educação mais apropriada a desenvolver o coração, os sentimentos: a musica, o canto, a historia natural. Uma instrução variada, a leitura de viagens, romances, elevam formar a parte recreativa. As línguas, as noções de chimica, physicaapplicadas a historia natural, philosophia formarão a parte solida scientifica. (REVISTA A MÃI de FAMÍLIA, 1888, n. 6, p. 44).

Conforme Freire (2009), na época, a ideia que perpassava todas as propostas de educação da mulher era a de que esta representaria um complemento à natureza feminina e, ao fim, seria revertida em educação para os filhos. Especialmente no que se refere à educação para as meninas, tratava-se de prepará-las para exercerem com excelência seu futuro papel como mães, garantindo a evolução da espécie, pois consideradas como educadoras natas, faltaria apenas a “cultura” para complementar suas qualidades intelectuais.

Assim, os princípios de higiene serviriam também como padrão para regular o comportamento intelectual que a mulher deveria buscar. Além disso, o tempo dedicado ao cuidado da casa e da família foi considerado um dos melhores caminhos para as mulheres desenvolverem sua função de maternidade. No discurso da Revista, a existência de um instinto maternal era comum a todas as mulheres, o que significava que todas as mulheres deveriam ser donas de casa e mães, e nada mais.

Isso porque, a família era considerada como central na vida das mulheres e referência principal de sua identidade: uma moça solteira era a filha; a mulher casada, a esposa. A dedicação ao lar e o papel de mãe faziam do papel de dona de casa parte integrante das atribuições naturais da mulher. A masculinidade era associada à força, raciocínio e coragem, enquanto o instinto maternal, a fragilidade e a dependência eram “características femininas” (PINSKI; PEDRO, 2012).

Condição essencial de uma administração bem dirigida consiste na arte de distribuir o emprego do tempo; estabelecendo em todas as cousas - ordem e regularidade. Quem conseguir fazer um uso razoável de todas as suas horas, consagrando-as, a um tempo, á direcção de seus negócios e ao seu próprio aperfeiçoamento moral, conseguirá também, senão a riqueza pelo menos assegurar-se de um futuro independente dos acontecimentos e fazeres da fortuna. O bom uso do tempo é, por consequência, uma verdadeira sciencia que se deve adquirir, como todas as outras, por um

estudo perseverante (REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1880, n. 1, p.3).

Conforme se verifica, a mãe virtuosa foi chamada para salvar a nação dos perigos de um desenvolvimento que se anunciava. A maioria dos discursos visava gerar uma maternidade responsável e acima de tudo, para ajustar a mulher ao seu lugar devido: dentro de casa. Entre as regras básicas do movimento, o binômio mãe-filho foi uma das equações mais desenvolvidas pelos higienistas, e, por intermédio deles, a higiene elevou a mulher à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado. Os higienistas reconstruíram socialmente a biologia do ciclo gravídico-puerperal, buscando resgatar, na ordem natural do instinto, a maternidade e a amamentação como fatores vitais para a sobrevivência dos filhos. Os higienistas passaram a condenar rigorosamente o aluguel de escravas como amas-de-leite. A maioria das críticas feitas à mortalidade infantil foi por meio de trabalhos médicos sobre amamentação, cuja tônica não era o destino dos filhos das escravas, e sim a saúde dos bem-nascidos (ALMEIDA; NOVAK, 2004).

Por fim, na concepção higienista da Revista *Mãe de Família*, as práticas racionais de controle da saúde empregadas no cotidiano das famílias, tinham como objetivo de formar hábitos e comportamentos saudáveis nas mulheres em benefício da saúde, com temas sobre alimentação, limpeza e higiene pessoal, prevenção de doenças, exercícios físicos e outros, nunca perdendo de vista os conteúdos relacionados a condições de saúde e higiene, e os comportamentos sociais e morais. Contudo, enquanto estas conversações visavam todas as mulheres como mães, é de se destacar que a introdução de diretrizes de moralização da vida cotidiana feminina e controle social eram direcionadas às classes mais abastadas. Para as mulheres de classes inferiores, a leitura e a imprensa eram escassas, se não inexistente.

4. CONCLUSÃO

Entendemos por higienismo uma corrente de pensamento dedicada ao estudo de problemáticas demográficas e populacionais e com atenção especial à promoção da saúde e educação. Este pensamento se estabeleceu em meados do Século XIX, sendo difundido em praticamente todo o mundo ocidental. A “higiene” não é outra coisa que não uma das práticas do saber e fazer da medicina e a disseminação de noções indispensáveis à saúde pública e privada. No discurso higienista, a conservação da saúde, o restabelecimento físico e a prevenção de enfermidades são os objetivos do verdadeiro médico, que também tem o dever de atuar como um sacerdote a conduzir as pessoas ao caminho da moral.

A partir da difusão do movimento higienista, os médicos então se apresentaram como os profissionais adequados para resolver os problemas associados com as questões sociais típicas das sociedades ocidentais de então: o aumento da criminalidade e da prostituição, da marginalização e da pobreza, questões de déficit de habitação, entre outras, que invariavelmente afetavam a saúde pública. Com isso, o higienismo fez parte de um discurso sobre o progresso da civilização, tentando implementar uma política de construção do Estado e da nacionalidade associando a saúde física e moral às características permanentes da nação.

Entre as tarefas confiadas aos médicos higienistas, encontravam-se as campanhas constantes para divulgação e prática dos princípios da saúde das crianças, por meio da educação da mulher. Para tanto, veiculavam seus ensinamentos por meio de periódicos, como a Revista *Mãe de Família*, destinada à mulher burguesa e branca, com o intuito de orientar para o exercício da maternagem sadia, do ponto de vista físico e moral.

Para os higienistas e puericultores, o desenvolvimento e a estabilidade da nação inteira sustentavam-se nos hábitos femininos. A mulher tinha como função social ser esposa e mãe, sendo a tarefa para a qual era destinada como se fosse uma atribuição divina.

A mortalidade infantil constituía-se numa das maiores preocupações do movimento higienista, que atribuíam estas ocorrências à negligência e ignorância das mulheres-mãe. Segundo esta concepção, a mulher corrompida e abandonada pela medicina nega-se aos seus instintos naturais como mãe. Era necessário,

portanto, educá-las para o nobre fim da maternidade.

Em outras palavras, como verificamos, para os higienistas ena Revista *Mãide Família* em particular, o discurso puericultor desprende uma ação significativa com o objetivo de proteger a criança e sua condição física e moral futura. As ações higiênicas buscavam aprevenção de doenças, por meio da divulgação sistemática de normas de educação, pois a mãe era considerada ignorante e irresponsável no cuidado de seus filhos, sendo-lhes atribuídas, muitas vezes, as causas da mortalidade infantil.

5. REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. São Paulo em Perspectiva. **Revista da Fundação Seade**, São Paulo, v. 4, n. 2, abr./jun. 1990.

ALMEIDA, João Aprígio Guerra de; NOVAK, Franz Reis. Amamentação: um híbrido natureza-cultura. **Jornal de Pediatria**, vol. 80, Nº5(Supl), 2004.

BARQUETE, Stael; CHAOUBAH, Alfredo. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Saraiva, 1997.

CARDOSO, Lílian Bárbara Cavalcanti; AMORIN, Roseane Maria de. A higiene mental nas escolas no início do século XX no Brasil. **Psicol. Estud.**, vol.5, no.1, p.115, mar 2013.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FERNANDES, Priscila Dantas; OLIVEIRA, Kécia Karine. **Movimento higienista e o atendimento à criança**. 2012. Disponível em: <<https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

FLACH, Flávia. **Educação infantil: a educação e o cuidado enquanto espaços de subjetivação**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médico: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FOCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO Hugo Rodolfo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Século XX Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas v., 25, n. 1, p. 41-54, set. 2003.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA (2014). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/mai-familia/341703>>. Acesso em 15 abr. 2015.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação: atentando para as fontes". In: LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (Org). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCHENKO, N. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo, Cia. Das Letras, Vol. 3, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise e interpretação dos dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. Contribuições da Hygiene à escolarização da Educação Física. **Revista Porto Alegre**, v. 10, n. 3, p.53-75, setembro/dezembro de 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza**: contracepção, aborto e infanticídio no início do Século XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval; BOARINI, Maria Lucia. **Educação higienista, contenção social**. 2013. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/EDUCA%C7%C3O%20HIGIENISTA%20GT1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

6. FONTES

- REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1789, n. 1 p. 1.
 REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1789, n. 1, p.2.
 REVISTA A MÃI DE FAMILIA,1789, n.7, p. 2.
 REVISTA A MÃI DEFAMILIA , 1789, n. 9, p. 3.
 REVISTA A MÃI de FAMILIA, 1789,n. 24, p.4.
 REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1789, n. 17, p. 5.
 REVISTA A MÃI DE FAMILIA,1880, n. 10. p. 05.
 REVISTA A MÃI DE FAMILIA,1884, n.1, p.1.
 REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1884, n. 12, p. 3.
 REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1885, n. 10, p. 5.
 REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1885, n. 10, p. 7.
 REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1885, n. 20, p. 04.
 REVISTA A MÃI DE FAMÍLIA, 1885, n. 20, p. 6.
 REVISTA A MÃI DE FAMILIA, 1886, n. 11, p. 82

Fue en el ámbito de la educación doméstica, h
 oues, en el que se divulgaron los nuevos princi- c
 cios higiénicos de atención a los niños. Ésta c
 abía sido tradicionalmente una competencia a
 desempeñada por mujeres, no sólo las madres, a
 sino criadas y nodrizas entre las clases acom- c
 dadas y en los medios populares también veci- c
 as y parientes. La literatura pedagógica huma- c
 nista, que insistió en el deber de los progenito- c
 res de atender a la educación de sus hijos, lo
 abía hecho respetando la tradicional división